

# DE “COITEIRA” A “CANGACEIRA”: O RECHAÇO AO NORDESTE BRASILEIRO REPRESENTADO POR DUAS PERSONAGENS FEMININAS DE RACHEL DE QUEIROZ

FROM “COITEIRA” TO “CANGACEIRA”: THE REJECTION TO BRAZILIAN NORTHEAST REPRESENTED BY TWO RACHEL DE QUEIROZ’S FEMALE CHARACTERS

Francisco Henrique Oliveira Moura<sup>i</sup>  
Yls Rabelo Câmara<sup>ii</sup>  
Karina Mandetta Medeiros<sup>iii</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo é analisar como o cangaço desempenha um papel determinante no eixo narrativo em *Dôra, Doralina*, de Rachel de Queiroz, e como também o encontramos em *Memorial de Maria Moura*, da mesma autora. O cangaço, considerado banditismo social, ocorreu no Sertão nordestino brasileiro entre fins do século XIX e início do XX, tendo Lampião como figura máxima. Em *Dôra, Doralina*, os vestígios do cangaço são marcantes, principalmente em Belmiro, jagunço e fugitivo que, ao aparecer baleado e delirante na fazenda Soledade, passa a contar com o apoio de Maria das Dores, narradora, protagonista e herdeira de Soledade. Em *Memorial de Maria Moura*, a protagonista ingressa no cangaço para sobreviver a um universo patriarcal e conservador. Os eventos que a envolvem são determinantes para que ela, antes sinhozinha, torne-se liderança de um bando de jagunços. Comparando as obras, é possível inferir que Moura teve sua inserção no cangaço devido às injustiças sociais marcantes no contexto feminino à época, nessa região, enquanto com Belmiro, é a falta de perspectivas o preponderante. Partindo da relação Literatura e sociedade, observamos como Rachel de Queiroz utiliza suas memórias do cangaço, condição social que fez parte de seu tempo e espaço, para ficcionalizar.

**Palavras-chave:** Cangaço; Literatura e Sociedade; Cangaço e as Personagens Femininas de Rachel de Queiroz.

**Abstract:** *The objective of this study is to analyze how cangaço plays a determining role in the narrative axis in Dôra, Doralina, by Rachel de Queiroz, and how we also find it in Memorial de Maria Moura, by the same author. Cangaço, considered as a social banditry, occurred in the Northeastern Brazilian hinterlands between the end of the 19th century and the beginning of the 20th, had Lampião as its main figure. In Dôra, Doralina, the traces of cangaço are striking, especially in Belmiro, a gunman and a fugitive who, when appearing shot and delirious at Soledade Farm, starts counting on the support of Maria das Dores, the narrator, protagonist and heiress of Soledade. In Memorial de Maria Moura, the protagonist joins banditry to survive a patriarchal and conservative universe. The events that involve her are decisive for her, previously an unprotected girl, to become the leader of a band of jagunços (gunmen). Comparing the works, it is possible to infer that Moura was included in cangaço due to manifest social injustices in the feminine context at the time in this region, while with Belmiro, the lack of perspectives is the preponderant reason. Starting from the relationship between Literature and society, we noticed how Rachel de Queiroz uses her memories of cangaço, a social condition that was part of her time and space, to fictionalize.*

**Keywords:** *Cangaço; Literature and Society; Cangaço and Rachel de Queiroz’s Female Characters.*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

<sup>i</sup> Graduando em Letras Português-Inglês e suas Respectivas Literaturas no Instituto Federal do Ceará. *E-mail:* henrikmoura01@gmail.com.

<sup>ii</sup> Doutora e Mestre em Filología Inglesa (Letras – Língua Inglesa) pela Universidad de Santiago de Compostela, na Galiza, Espanha, com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Idealizadora, Orientadora e Líder do Grupo de Estudos Filhas de Avalon. Professora Visitante na UECE e Pesquisadora da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). *E-mail:* ylscamara@hotmail.com.

<sup>iii</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *E-mail:* karinamandetta@gmail.com.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as obras *Dôra*, *Doralina* e *Memorial de Maria Moura*, escritas por Rachel de Queiroz, com o propósito de explorar o cangaço presente no cerne narrativo de ambos os romances. Partindo da interação entre Literatura e sociedade, este estudo busca compreender como a temática do cangaço desempenha um papel crucial em *Dôra*, *Doralina* e como os rastros desse tema central permanecem no foco narrativo de *Memorial de Maria Moura*.

Na trama de *Memorial de Maria Moura*, por exemplo, a protagonista, a própria Maria Moura, diante dos eventos trágicos que a assolam, encontra no cangaço uma alternativa para sobreviver. Ao assumir a *persona* de cangaceira, cortando os cabelos e se travestindo como homem, ela incorpora a força daquelas e daqueles que, como ela, enfrentam a criminalidade a partir de uma motivação muito particular e ligada ao cumprimento da justiça.

O cangaço é não apenas o tema central em *Memorial de Maria Moura*, mas também o é a condição de mulher cangaceira, que confere a Maria Moura um estatuto notável. Em *Dôra*, *Doralina*, embora o conflito central seja a relação entre a narradora protagonista Maria das Dores e sua mãe, Senhora, de forma subliminar, a temática do cangaço também está presente no período situado na obra – aproximadamente de 1930 a 1950 –, quando essa realidade ainda marcava o Sertão. No eixo narrativo deste romance, observam-se os vestígios do cangaço, especialmente na personagem Belmiro, ex-jagunço, que ao fugir da polícia, é baleado e chega agonizante à fazenda Soledade. Lá, é tratado por Maria das Dores, que o acolhe contra a vontade de sua mãe, a proprietária.

Embora o escopo desta investigação seja em textos literários ficcionais, esta pesquisa propõe-se a analisar indicadores culturais e sociais tomando como base a teoria de Mikhail Bakhtin (2000). O estudo se concentra nos recursos estéticos da linguagem e na maneira como a relação entre o texto ficcional e a realidade na qual é produzido se desenvolve.

Para que melhor apresentemos a análise em pauta, esta pesquisa bibliográfica divide-se em três partes que se complementam, ao passo que condicionam textualmente os resultados aos quais chegamos: primeiramente, no Percurso Metodológico, apresentamos a metodologia que utilizamos nesta revisão de literatura – da pergunta de pesquisa à concretização deste artigo; em seguida, no Marco Teórico, que é onde explanamos sobre o cangaço e as cangaceiras; e, por último, na seção Resultados e Discussão, onde debatemos sobre nosso objeto de estudo.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO

A inspiração para a confecção deste artigo nasceu para nós no âmbito do Grupo de Estudos do qual fazemos parte desde a sua fundação, o Filhas de Avalon, formado por uma membresia que vai de graduandas/os a pós-doutoras/es de várias áreas do conhecimento e tem como escopo a investigação acerca da vida, legado literário e fortuna crítica de escritoras tanto nacionais como internacionais, do passado e do presente, além de outras mulheres grandiosas que, mesmo não sendo beletristas, foram imortalizadas pela Literatura.

Tendo como norte a escrita de autoria feminina e havendo sempre apreciado a obra de Rachel de Queiroz, acreditamos que dois de seus romances emblemáticos, quiçá por representarem o lado mais embrutecido do Nordeste, com a presença do cangaço – que desperta sentimentos controversos no público leitor –, possam ter sido interpretados por uma ótica menos generosa pela crítica literária e pelo Cânone Literário Brasileiro. Trata-se de *Dôra*, *Doralina* e *Memorial de Maria Moura*.

No intervalo que separa uma publicação da outra, percebemos, em igual medida, que a escritora amadurece sua concepção a respeito do cangaço e dos papéis das mulheres não somente em torno dele, como coiteiras, mas dentro dele, como cangaceiras.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 O cangaço e a sua ligação com o Nordeste

Ao examinar as informações históricas relacionadas ao cangaço, torna-se evidente que elas corroboram as análises de Hobbes (1993) e Arendt (1976). Um considerável número de indivíduos aderiu a esse movimento devido à falta de opções, sendo vítimas das injustiças sociais que ainda são marcantes no contexto nordestino, inclusive nos dias atuais. De acordo com Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (2000), o cangaço foi uma resposta às adversidades socioeconômicas das injustiças praticadas no seio do Nordeste pelos coronéis e macacos<sup>1</sup>.

As lembranças evocadas por ex-cangaceiras/os, seus familiares e coiteiras/os<sup>2</sup> trazem imagens destacadas da maldade da polícia e das volantes<sup>3</sup>, tão sanguinárias como o próprio cangaço. Na memória e na oralidade do Nordeste, existe a tendência a se dividir opiniões quanto

---

<sup>1</sup> Macacos era como o mundo do cangaço chamava os policiais (Nota dos Autores).

<sup>2</sup> Coiteiras e coiteiros eram as pessoas que davam guarida a cangaceiras e cangaceiros (Nota dos Autores).

<sup>3</sup> Volantes eram os agentes policiais destacados para coibir o cangaço (Nota dos Autores).

aos cabras<sup>4</sup> e seus bandos. Corisco, Zé Baiano e Sabino são normalmente tidos como “sujeitos perversos” e “uns perdidos de Deus”, identificando os demais cangaceiros numa categoria de vítimas de injustiças, gente que fugia dos desmandos dos coronéis e da polícia ou pessoas tragadas pela sorte ruim – sendo muitas delas inocentes, que entraram para o cangaço muito jovens, levadas pela ambição e/ou pelo espírito de aventura que esse movimento inspirava (*ibidem*).

O historiador Carlos Alberto Dória (1981, p. 7) define o cangaço como “[...] uma forma de banditismo ocorrida no Nordeste brasileiro entre 1870 e 1940, data em que morreu Corisco, o último cangaceiro”. Como apontam Câmara e Câmara (2015), esse fenômeno remonta ao Nordeste especificamente e intensificou-se depois da seca de 1877, quando flageladas/os famintas/os assaltavam as fazendas e distribuía comida e bens ali encontrados (como dinheiro e joias) a quem estava em igual situação de penúria.

A versão bandida desses homens que campeavam pela Caatinga surgiu em 1901 (Câmara; Câmara; Soutullo, 2015a; Câmara; Câmara; Soutullo, 2015b). Etimologicamente, “cangaço” deriva da palavra “canga”, peça de madeira que se atrela ao pescoço do gado. Como esses homens e mulheres levavam todos os bens tangíveis no próprio corpo (roupas, joias, dinheiro, utensílios com os quais comer e beber, armas e munições), e andavam “encangadas/os” umas/uns às/aos outras/os (muito próximas/os, em pequenos bandos), passou-se a chamar assim o movimento do qual participavam, que espalhava admiração e medo em proporções iguais.

Percorrendo o espaço físico da confluência entre Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas, Lampião e seus cabras, além de outros líderes e seus grupos, retornavam sempre ao lócus original. Paraíba e Ceará “[...] eram, no imaginário das facções em combate, extensões de suas marchas, campos de saques, de repouso ou de batalhas sangrentas” (Barros, 2000, p. 39). Sempre que pousavam as armas, cangaceiras e cangaceiros escondiam-se na Caatinga ou eram recebidas/os pelas famílias coiteiras que não somente lhes davam guarita – provendo-lhes comida, banho e pernoite –, mas as/os protegiam de olhares indiscretos e possíveis delações.

Andavam sempre em grupos com poucos indivíduos por uma questão estratégica e utilizavam táticas de guerra rudimentares, mas efetivas, como asseveram Câmara e Câmara (2015). No bando, eram rebatizados. As mulheres não, só os homens, que recebiam codinomes. De acordo com Câmara, Câmara e Soutullo (2015a), quando um morria, quem aderisse ao bando recebia o apelido do cangaceiro morto. Assim pareciam ser imortais para seus inimigos,

---

<sup>4</sup> Cabras era como também eram conhecidos os cangaceiros (Nota dos Autores).

que tinham muita dificuldade em capturá-los porque tanto os cabras conheciam bem as áreas que percorriam como também costumavam andar em fila indiana, com a última pessoa da fila calçada com um par de alpargatas viradas ao contrário e dissimulando os passos com uma vassoura feita a partir de galhos reunidos.

O cangaço sofreu forte abalo com a morte de Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros, em uma emboscada realizada na Gruta de Angicos, em Sergipe, em 28 de julho de 1938, pela volante de João Bezerra da Silva. Corisco, mesmo estando bastante afastado de seu antigo líder, jurou vingança, vingou-se erroneamente – matando seis pessoas inocentes da família do vaqueiro Domingos Ventura, na fazenda Patos, em Piranhas, Alagoas –, e foi encurralado e morto aos 32 anos pela volante do Coronel José Rufino em 1940.

Consoante Câmara, Câmara e Soutullo (*ibidem*), Dadá (codinome de Sérgia Ribeiro da Silva) resistiu, lutando e defendendo seu marido, e teve o pé direito quase decepado a tiro. Perdeu-o juntamente com a perna direita já gangrenada, estando ela já presa e quase moribunda. Sobreviveu, voltou a se casar, passou 35 anos com esse companheiro sobre quem quase nada se sabe, mas sem gerar descendência com ele. Anos depois, em 13 de julho de 1977, recuperou a cabeça de Corisco, que havia sido separada do corpo e fora confiscada pelo Museu Nina Rodrigues. Cumprindo a promessa que fizera a si própria, enterrou-a junto ao que restava do “Diabo Louro”, sepultado que fora em Djalma Dutra, em uma cova rasa. Até o fim de seus dias, Dadá foi uma mulher respeitada e muito querida na periferia de Salvador, onde morreu aos 78 anos, em 1994.

O cangaço morreu com a morte de Corisco. O “novo cangaço” que existe hoje em nada se assemelha ao que foi esse fenômeno social em um momento de nossa História no qual o Poder Público não alcançava os coronéis do Sertão e a justiça era feita pelas/os injustiçadas/os.

## **2.2 Ser cangaceira – Uma opção, uma imposição ou uma necessidade?**

As mulheres somente entraram para o cangaço em 1930, à luz de Câmara e Câmara (2015), depois que Lampião quebrou uma regra pétrea instaurada por ele mesmo, de não se admitir mulheres entre os cangaceiros. Após a entrada de Maria de Déa ou Maria de Lampião/do Capitão, a quem conhecemos como Maria Bonita, outras foram aceitas também.

O cangaço fagocitou para seus grupos, donzelas (como Dadá e Sila), filhas de fazendeiros abastados, moças pobres e mulheres casadas (como Maria Bonita e Mariquinha), que independentemente de sua vontade, passaram a seguir seus raptos. Apesar de que algumas delas aderiram a ele por vontade própria (como Maria Bonita, Inacinha, Cristina e Dulce), a

maioria foi sequestrada (como Dadá, Sila, Enedina e Lídia). E foram muitas as que se somaram aos cabras dos diversos bandos, aproximadamente 40. Dentre elas, citamos:

Maria Bonita, Dadá, Sila, Durvinha, Maria Jovina, Neném, Quitéria, Áurea, Bídio, Mariquinha, Sebastiana, Oflia, Enedina, Inacinha, Rosinha, Dulce, Eleonora, Adelaide, Oflia, Moça, Lili, Sabina, Lídia, Adília, Maria de Azulão, Veroniquinha e Cristina [...] (Freitas, 2005, p. 117-118 *apud* Câmara; Câmara, 2015, p. 60).

Ser cangaceira significava viver na clandestinidade, escondida, camuflada e alerta em meio ao mato seco e bravio do semiárido; dispensar a higiene e prescindir de uma vida baseada no cuidado de sua casa, marido e filhas/os. Vivendo sob constante tensão, paria-se nos matagais rasos e ocultavam-se os restos dos partos; as crianças nascidas nos acampamentos eram doadas a famílias coiteiras e, muitas vezes, jamais voltavam aos braços dos pais novamente.

Os perigos, para as cangaceiras, não se restringiam a esses problemas nem aos possíveis abusos domésticos que pudessem sofrer por parte de seus companheiros, mas estavam envoltos na violência gratuita com a qual eram tratadas quando eram capturadas pelas volantes. Estupros, espancamentos, torturas, mutilações e assassinatos brutais eram práticas sádicas comuns utilizadas pelos “macacos” contra essas mulheres que conheciam de perto o binômio medo-destemor (Freitas, 2005).

Diferentemente do que se fez crer então e depois, elas não lutavam com e como seus homens, à exceção de Dadá. Sabiam atirar e levavam consigo uma garrucha e um punhal, mas dificilmente entravam em luta contra seus inimigos. Quando adentraram no cangaço, saíram da condição de serventes para o *status* de servidas. Como defendem Câmara e Câmara (2015) e Grunspan-Jasmin (2001), eram “bibelôs” para seus companheiros, que as mimavam com presentes advindos da vida criminal que levavam. Elas não cozinhavam nem costuravam; eram alimentadas na boca por eles, inclusive. Contudo, a lealdade por parte delas para com eles era exigida e, caso os traíssem, eram assassinadas. Esse foi o triste fim de algumas delas, como a bela Lídia, companheira de Zé Baiano, que o traiu com Bem-te-vi, cabra de Corisco. Câmara, Câmara e Soutullo (2015a) expõem que Bem-te-vi foi poupado; Lídia pagou sozinha pelo ato que cometera acompanhada.

Esses casos, como o de Lídia, foram isolados, e um resultado bastante positivo da presença feminina neste meio hostil é que as cangaceiras dulcificaram o cangaço. Como explicam Câmara e Câmara (2015), com a entrada delas nos bandos, não somente os casos de estupros diminuíram ou cessaram por parte desses homens que costumavam praticá-los como também estes passaram a ter mais cuidado consigo próprios – como foi o caso de Lampião, que

vestia camisas de casimira inglesa e fazia uso diário de perfumes ingleses (Lins, 1997). A vida, para os que puderam se juntar a uma mulher naqueles anos finais do movimento, tornou-se mais amena, mais amorosa, mais feliz e mais leve.

De acordo com Clemente (2007), a vaidade feminina era uma das características *sui generis* das cangaceiras: sempre levavam o cabelo bem penteado com brilhantina e preso com ricas fivelas e pega-rapazes e possuíam indumentárias especiais que utilizavam a depender da situação – se uma *soirée*, um baile na cidade ou uma batalha travada no coração da mata. Usavam chapéus de feltro, meias e luvas resistentes aos arbustos, alparcatas de couro e cartucheiros estilizados. As fotos com elas costumavam ser tiradas em clareiras, onde os cães de estimação do grupo serviam de figurantes.

Curiosamente, Maria Bonita e Dadá divergiam no que se refere às suas posturas nas fotografias: a primeira era sempre retratada como as modelos que estampavam as revistas femininas da época e que eram lidas por ela com voracidade; a segunda, como uma belicosa e entregue guerreira. Em várias fotografias, Lampião aparece lendo romances de Edgar Wallace, jornais e revistas. E, em muitas dessas revistas, as reportagens sobre ele próprio e seus homens figuravam como manchete principal (Oliveira, 2009).

Contudo, para elas, não se pode dizer o mesmo. Apesar de que algumas aderiram ao cangaço porque o quiseram, reiteramos, a maioria delas dele fazia parte à revelia. Quando seus companheiros eram assassinados, elas eram levadas a se juntar a outro cabra, como já o mencionamos, mas poucas conseguiram sair do cangaço em si. Normalmente, eram mortas quando tentavam deixá-lo para evitar que, presas, delatassem nomes e informações importantes inerentes aos grupos (Grunspan-Jasmin, 2001).

Ainda assim, persiste no imaginário popular a imagem da cangaceira sanguinária, mas essa figura não corresponde em absoluto à verdade. Uma delas apenas era conhecida por sua crueldade, quando tinha ciúmes: Maria do Capitão. Dadá, casada com Corisco (uma das poucas com este estado civil), tanto era exímia nas armas, ajudando seu marido nas contendas, como tinha uma forte conexão espiritual em forma onírica (Câmara; Câmara, 2015). Por seus acertos nos vaticínios que fazia, gozava da extrema admiração por parte de Lampião, o que causava ciúmes em Maria.

Tendo apresentado o cangaço e as cangaceiras, na próxima seção, analisamos a presença dele e delas nas duas obras em apreço.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em consonância com o pensamento de Bakhtin (2000), a compreensão plena de uma obra ocorre quando se amalgamam o texto literário e o contexto no qual este é concebido. A Literatura, por meio da verossimilhança, proporciona uma forma de “mimetismo” da realidade de um período histórico, sem deixar de expô-lo ao público leitor. O produto literário é resultado do ato criativo inserido em um ambiente social, político, econômico e espacial específico. Portanto, é sobre o contexto que envolve o texto literário, conforme destacado por Bakhtin, que se fundamenta o presente estudo. Assim ele expõe o supra dito:

O estenograma do pensamento humano é sempre o estenograma de um diálogo de tipo especial: a complexa interdependência que se estabelece entre o texto (objeto de análise e de reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve (contexto interrogativo, conservatório, etc.) através do qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica ato de cognição e de juízo. Há encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em relação ao primeiro [grifo do autor] (*ibidem*, p. 333).

As duas obras aqui trazidas, ambas escritas pelas mesmas mãos, apresentam um amálgama entre a História e a Literatura sob o ponto de vista de Rachel de Queiroz com referência à questão do cangaço – um tema controverso até hoje.

Nos dois subitens seguintes, tratamos desse fenômeno social, que tanto tem defensores como detratores, e seu espelhamento nos dois romances da escritora que nos servem de objeto de estudo nesta pesquisa, especialmente nas heroínas destes: Maria das Dores e Maria Moura, que emprestam seus nomes às obras que as eternizaram.

#### 3.1 Traços residuais do cangaço na obra *Dôra, Doralina*

Esses vestígios são particularmente notáveis em Belmiro, personagem que confia para Maria das Dores, a narradora e protagonista do romance, que já foi um jagunço. Ele revela que a ferida que quase o levou à morte, ao chegar gravemente ferido ao terreiro da fazenda Soledade, resultou de um confronto com a polícia, sendo ele um cabra:

O grupo com quem [Belmiro] andava é verdade que se aliou com os provisórios, mas logo se fizeram de bandidos, aproveitando a ocasião, a munição e as armas. Começaram roubando uns cavalos, depois passaram a roubar gado. [...] Assaltaram uma bodega, e então a polícia formou um volante, expresso para dar caçada a eles (Queiroz, 2001a, p. 36).



As ações de Belmiro, assim como as do bando que ele integrava antes de buscar refúgio na fazenda, sugerem a presença do banditismo – o que nos remete ao cangaço. Carlos Dória esboça, de forma concisa, um panorama histórico que conduziu à configuração desse quadro criminal nas regiões sertanejas do Brasil no século passado:

Durante um longo período os grandes proprietários sertanejos se digladiaram para conquistar o direito de figurarem como autoridade governamental em sua área de domínio, para serem os coronéis da Guarda Nacional. [...] A formação de milícias privadas era, nestas circunstâncias, o recurso de poder mais visível. Elas, além dos parentes, reuniram dois tipos de elementos. Em primeiro lugar, o jagunço, uma espécie de guarda-costas do senhor, que em geral era um trabalhador com antecedentes criminais, ou um pistoleiro profissional, que vivia sob a proteção do coronel em troca de serviços de natureza militar. Em segundo lugar, o cabra ou cangaceiro manso – um morador comum, que trabalhava na terra ou na lida com o gado, cujo contrato de trabalho implicava a defesa incondicional do senhor (Dória, 1981, p. 23-24).

É interessante ressaltarmos aqui que essa é a visão de um paulista, que mesmo sendo Doutor em Sociologia pela Unicamp, é mais conhecido por suas incursões no universo da gastronomia do que no que se refere ao *locus* onde campeavam cangaceiros, macacos e volantes. Como se não fosse o bastante, o estudioso não pertence à egrégora nordestina, tendo uma visão histórica bastante embaçada e enviesada, fartamente demonstrada em seus escritos sobre o cangaço, que compromete a sua “verdade” – exatamente porque acredita que não há outras. Contudo, sabemos que as há.

O Brasil do final do Segundo Reinado e início da Primeira República – e até bem entrada a Era Vargas – era um verdadeiro caos em termos de organização quanto à Justiça e à sua efetiva aplicação. O esvaziamento de autoridade fiável fazia com que um país de dimensão exorbitante, como é o nosso caso, ficasse à mercê de mandatários que sempre se utilizaram de sua influência e poder para esmagar oponentes e impor sua autoridade hegemônica. No Nordeste, palco do descaso político desde que o Ciclo da Cana-de-Açúcar foi escasseando, os coronéis, resquícios de então, estão presentes até hoje – embora disfarçados de políticos engravatados.

Contudo e infelizmente, essa prática do exercício da autoridade truculenta sobre uma população resignada com a falta de justiça é praticada em todo o país até os dias que correm – contudo, não mais apenas pelos coronéis agrários. Basta olhar ao redor para detectarmos a presença de milicianos (um desdobramento dos antigos jagunços, pistoleiros e capangas dos vetustos coronéis, só que deslocados do imaginário do Nordeste, uma vez que sua presença está mais associada ao Sudeste e, especialmente, ao Rio de Janeiro), grileiros e outros criminosos que amparam criminosos mais poderosos do que eles.

Voltando nosso olhar novamente para a obra em análise, a autorização concedida pelo governo a alguns desses grupos insurgentes contribuiu para a ampliação do fenômeno do banditismo no período, mesmo dentro dos parâmetros legais, legitimado pelo poder dos coronéis da Guarda Nacional.

O cangaceiro manso e o jagunço, ambos destacados por Dória, encontravam-se subjugados aos caprichos dos coronéis devido à carência de oportunidades dentro da estrutura patriarcal. Essa circunstância assemelha-se à entrada criminosa de muitos cangaceiros livres no chamado banditismo social. Ao acompanhar a análise do historiador, torna-se claro que todas as manifestações de banditismo se configuram como fenômenos mais vinculados às injustiças sociais do que à busca pelo poder ou à maldade intrínseca ligada à figura do bandido. Esse aspecto é habilmente representado por Rachel de Queiroz em *Dôra, Doralina*, especialmente por meio da personagem Belmiro.

A influência do jagunço também se estende por outras obras da Literatura Brasileira, como exemplificado em *Chapadão do Bugre* (1976), de Mário Palmério; *Angústia* (1992), de Graciliano Ramos; *Fogo Morto* (2003), de José Lins do Rego, através do “bando do Cabo Preto”; e permeando grande parte da obra de Guimarães Rosa. Em *Grande Sertão: Veredas* (1980), por exemplo, o cangaço emerge como o elemento central, proporcionando ao autor uma plataforma para explorar não apenas as aflições sociais, mas também a dicotomia do Bem e do Mal, um aspecto basilar no enredo. Rachel de Queiroz, de maneira semelhante, em *Dôra, Doralina*, tece a complexidade do jagunço como esse vetor que norteia várias obras da literatura nacional, explorando as nuances da condição humana em meio às adversidades do Sertão.

A chegada de Belmiro à fazenda Soledade é um episódio que desvenda os vestígios do cangaço. Isso se torna evidente quando o ex-jagunço compartilha a narrativa de como alcançou o lugar. Seu relato está em consonância com os eventos históricos – como a Coluna Prestes, uma revolta militar liderada por Luiz Carlos Prestes, entre 1925 e 1927, inserida no contexto do tenentismo. A narrativa de Belmiro converge, principalmente, para com a postura adotada pelo Padre Cícero Romão Batista diante da Coluna. Ele não apoiou os rebeldes e, por meio dele, Lampião recebeu o título de Capitão por parte do governo, com a finalidade de confrontar os insurgentes da Coluna Prestes – um acontecimento que nunca se materializou. Ao analisar o embate entre cangaceiros e tenentistas, Maria Cristina Matta Machado (1978, p. 58-59) descreve assim os esforços deste eclesiástico na resistência contra os rebeldes da Coluna:

Prestes, com seus intrépidos companheiros, levando de vencida todos os obstáculos que se opõem à sua marcha, invade o Ceará pela serra da Ibiapaba. [...] Ao que tudo indica, Padre Cícero, que a princípio não queria envolvimento nessa luta, começou a

ver as coisas, sob o ponto de vista político. [...] Ora, sendo muito amigo de Lampião, como dos cangaceiros de um modo geral, viu a possibilidade de reintegrá-los à sociedade, fazendo deles homens que iriam defender o governo contra os rebeldes. Resolveu, então, em acordo com Floro Bartolomeu, dar ao Rei do Cangaço o título de capitão. E foi para Pernambuco que Lampião se dirigiu, para receber o título, que lhe seria fornecido pelo Governo Federal.

A narração do ex-jagunço expõe mais um aspecto desse tumultuado período histórico, quando ele relata ter ciência de que “[...] Padre Cícero tinha enviado seu pessoal para combater ao lado da Coluna Prestes” (Queiroz, 2001a, p. 33), referindo-se aos cangaceiros. Embora estes não tenham se juntado à Coluna, os rebeldes eram frequentemente confundidos com eles, como Belmiro foi informado. Sobre essa questão, José Augusto Drummond (1985, p. 66), estudioso dedicado à análise da referida rebelião, salienta: “[...] em todo o Nordeste, a Coluna carregou fama equivalente à de bandoleiros ou cangaceiros; o povo temia a aproximação dos rebeldes, pois deles esperavam saques, assassinatos e atrocidades”. A visão de Luitgarde Cavalcanti Barros (2000, p. 236-237) coaduna com a de Drummond. Em Nazaré, no Sertão nordestino, a crença na aliança entre os rebeldes da Coluna Prestes e os cangaceiros era tão arraigada que “[...] os boatos espalhavam, duma coluna imbatível, porque Lampião estava junto com os revoltosos, e iam tocar fogo no povoado”.

O medo e o respeito impostos pelos cabras às populações atravessadas por eles eram tão grandes naquele momento de instabilidade política e de lacunas de autoridade que ambos os sentimentos foram cristalizados na oralidade, na forma de mitos e superstições, e captados pela arte em poemas, contos, romances, novelas, filmes, músicas, nas artes plásticas e em outras manifestações. Em nossas letras, no que tange a Rachel de Queiroz, outro romance igualmente premiado foi também por ela concebido em volta do universo cangaceiro: *Memorial de Maria Moura*. A ligação do cangaço com a personagem principal desse livro, analisamos a seguir.

### **3.2 A temática do cangaço como eixo central do romance *Memorial de Maria Moura***

A trama de *Memorial de Maria Moura* – adaptada para a televisão por Jorge Furtado e Carlos Gerbase, sintetizada por Nilson Xavier e exibida pela primeira vez pela Rede Globo de Televisão em 1994 –, centra-se no processo de inserção da protagonista, Maria Moura. Trata-se de uma mulher forte e decidida que, diante de uma grande injustiça, opta por buscar vingança e fazer valer a sua justiça por seus próprios meios. Foi dessa mesma forma, com essa mesma motivação, que muitas e muitos entraram para o cangaço, como já o mencionamos.

Ao longo da narrativa, Maria Moura se envolve em atividades ilegais, enfrentando desafios e obstáculos no submundo do crime. O enredo não apenas destaca a jornada de vingança da protagonista, mas também aborda temas como poder, corrupção e a busca por justiça em um contexto social complexo e misógino.

A adaptação para a televisão procura capturar a intensidade e complexidade da obra original, explorando as nuances da posição de Maria Moura no universo criminal e as ramificações de suas escolhas. A sinopse oferecida por Nilson Xavier destaca os aspectos essenciais da história, enfatizando a natureza desafiadora e multifacetada da personagem principal.

Família. Honra. Terra. Estas eram as três únicas justificativas para uma mulher brasileira viver no século XIX e Maria Moura tinha apenas 17 anos quando perdeu, uma a uma, as razões de sua existência. Primeiramente, encontrou sua mãe morta. Depois, foi seduzida pelo padrasto e provável assassino de sua mãe. Finalmente, teve a posse de suas terras ameaçada por primos gananciosos. Se Maria Moura fosse uma mulher comum, sua vida teria terminado. Mesmo diante dessa situação, ela se recusou a aceitar o papel submisso reservado às mulheres da sociedade patriarcal e opressora do Nordeste brasileiro do século passado (antes e depois dele, pois o patriarcalismo e as opressões continuam, ainda que sob outro verniz) e passou a exercer a mesma rotina de violência dos homens (Xavier, 2005).

Família, honra e terra não eram uma tríade de singular importância apenas para as mulheres; eram pilares essenciais na estrutura patriarcal. Portanto, para conquistar e/ou manter suas propriedades, protegendo sua família e a honra de seu nome e trajetória, os homens faziam uso da truculência – e não apenas no Nordeste ou no Brasil, mas em todos os pontos do planeta – ainda mais naquele tempo. Era para manter essa tríade que as novas famílias eram formadas, por meio do casamento com base em uma aliança de interesses mútuos entre as famílias dos nubentes.

Contudo, esse era um tema masculino; as mulheres apenas obedeciam, calavam sua subjetividade e serviam de matriz para a reprodução da prole dos homens com quem seus pais (leia-se pais no estrito sentido da palavra, não mães) as casavam. Não havia relutância a ponto de se assemelhar à insurgência. Não era feminino rebelar-se. Pois com Maria Moura foi diferente.

Com a perda desses elementos fundamentais, estruturantes do eixo familiar e social, por extensão, a protagonista viu-se com poucas opções para se destacar dentro da ordem estabelecida. Fora desse contexto, sua escolha recaiu sobre o banditismo, liderando um grupo de jagunços. Essa liderança feminina, mesmo que travestida, pertence ao espaço da imaginação

de Rachel de Queiroz, uma vez que não temos notícia de nenhum grupo de cangaceiras/os que tenha sido chefiado por uma mulher.

A análise evoca a obra de Hannah Arendt (1976), que, ao examinar as diversas manifestações de poder na sociedade, aborda a formação de grupos criminosos, como o fictício criado por Rachel de Queiroz na narrativa. Isso evidencia como as circunstâncias adversas levam Maria Moura a buscar alternativas fora das normas estabelecidas, explorando caminhos que questionam e desafiam a ordem social vigente.

Hobbes (1993 *apud* Arendt, 1976) isenta as/os que são excluídas/os da sociedade – fracassadas/os, infelizes, criminosas/os – de qualquer obrigação em relação ao Estado e à sociedade, se o Estado não cuida deles. Podem exercer livremente seu desejo de poder e são até aconselhados a desfrutar de sua capacidade elementar de matar, restaurando, assim, aquela igualdade natural que a sociedade esconde apenas por uma questão de conveniência. O autor prevê e justifica também, segundo sua teoria, que os proscritos sociais se organizem em bandos de assassinos, como consequência lógica da filosofia moral burguesa.

Hannah Arendt (1976), fundamentada nas ideias de Thomas Hobbes, examina como as dinâmicas de poder na sociedade propiciam o surgimento de grupos criminosos, formados por aquelas/es excluídas/os do Sistema. A criminalidade, segundo essa perspectiva, emerge como uma via possível para que párias alcancem seus objetivos. Hobbes, ao discutir a formação do Estado e do poder inglês no século XVII em *Leviatã* e *De Cive*, destaca o perigo enfrentado pelas/os excluídas/os devido à sua condição de não terem nada a perder.

Transpondo esse conceito do contexto inglês do século XVII para o ambiente patriarcal rural brasileiro do século XIX, observa-se que a transição de Maria Moura de sinhazinha a cangaceira resulta de suas múltiplas perdas. Está sozinha, deserdada e é uma mulher. A marginalização se torna tanto uma via de inserção em um novo mundo quanto uma tentativa de ingresso na esfera organizada. No entanto, essa tentativa, embora se concretize no romance, não parece apontar para a perpetuação, já que ao final da obra, ela busca a morte.

Paradoxalmente, o cangaço representa o caminho pelo qual Maria Moura tenta reintegrar-se ao mundo oficial, fundamentado no tripé “família, honra e terra”, do qual ela não faz mais parte. Ao se apropriar da Serra dos Padres, que pertencia aos seus antepassados, ela obtém a terra, que é, ao final do romance, legada a seu afilhado Alexandre. Isso ocorre como pagamento ao pai de Alexandre, Valentim, pelo assassinato de Cirino, homem por quem Maria Moura se apaixonou e que, por dinheiro e despeito, a traiu.

Além do valor atribuído à terra, a herança deixada a Alexandre reflete a preocupação de Maria Moura com a família. Em relação ao afilhado, ela declara: “[...] é a única criatura do meu

sangue que eu considero neste mundo. Por ser filho de Marialva, minha prima legítima” (Queiroz, 2001b, p. 451). A questão da honra se torna evidente dentro da obra, pois culminou na encomenda da morte do traidor.

A concepção de Rachel de Queiroz sobre Maria Moura e os membros de seu bando, assim como a forma de atuação deles, assemelha-se à dos cangaceiros analisados por Luitgarde Barros (2000) e Carlos Dória (1981). Isso é evidente, por exemplo, quando Maria Moura relata um dos primeiros assaltos perpetrados pelo bando:

Com a cara coberta, as armas apontadas, rodeamos os três. João Rufo engrossou a voz: – Soltem as armas! Os homens nos olharam assustados. Nenhum dos três portava arma de fogo. – Joguem as facas longe! – Gritou João Rufo. [...] – Agora passem pra cá os mantimentos (Queiroz, 2001b, p. 112).

Apesar de desafiar a ordem estabelecida infringindo a Lei, a/o cangaceira/o, assim como Maria Moura e seu bando, geralmente não é percebida/o pela sua comunidade de origem como uma/um transgressora/or comum. Esse aspecto é o que resulta na classificação das/os cangaceiras/os como bandidas/os sociais. Nesse sentido,

[...] o bandido social é, em geral, membro de uma sociedade rural e, por várias razões, encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Apesar disso, continua a fazer parte da sociedade camponesa de que é originário e é considerado como herói por sua gente, seja ele um “justiceiro”, um “vingador” ou alguém que “rouba aos ricos”. [...] É um camponês comum que por algum motivo “caiu em desgraça” perante os poderosos locais, ou um rebelde, e que por isso mesmo merece ser admirado, ajudado e protegido na luta contra seus inimigos (Dória, 1981, p. 11-12, grifos do autor).

Ao escrever *Memorial de Maria Moura*, Rachel de Queiroz, utilizando suas memórias, resgata o cangaço, uma condição social com a qual ela teve contato, especialmente por ter nascido em Fortaleza, no Ceará, mas ter crescido no meio agrário de Quixadá, no Sertão Central cearense, onde a fama de Lampião e de seus cabras dividiam opiniões. Quanto ao tratamento dado por Queiroz ao cangaço, bem como às outras contingências sociopolíticas do Sertão nordestino do século XIX, é crucial considerar a pesquisa de Ligia Chiappini:

Não há nenhuma idealização do Sertão na literatura de Rachel. [...] Tampouco se idealiza o cangaço, como já não se idealizava na peça de teatro, Lampião, onde o que se evidencia é o arbítrio e o roubo legitimados pela força e pelo prestígio do chefe. Maria Moura, Lampião de saias, confirma tudo isso, apenas com o complicador da sua ambigüidade – masculino-feminino – que vem à tona quando ela se apaixona pelo homem que a trai e terá de matar (Chiappini, 2002, p. 67-68).

Rachel de Queiroz, nascida em 1910, possui uma compreensão profunda das contingências sociais do cangaço, as quais já havia abordado em 1953 com a peça *Lampião*. Em 1992, a escritora revisita esse tema em *Memorial de Maria Moura*, um romance premiado. Mesmo sem idealizá-lo, ela revela o heroísmo inerente ao cangaceiro, amplamente difundido pelo imaginário popular. Como resultado, essa aura heroica desempenha um papel significativo na construção da personagem central do romance. Esse ponto é destacado pela estudiosa Maria de Lourdes Dias Leite Barbosa (1999, p. 55) ao analisar o perfil da protagonista da obra:

Assim se dá a construção e configuração de Maria Moura. [...] Ainda que os objetivos de Moura restrinjam-se a seu projeto pessoal, suas atividades ilegais transformam-na, aos olhos dos sertanejos da região, em uma heroína, que lhes dá a ilusão de esperança, por representar a oposição ao poder constituído.

O banditismo social, no entanto, não se limita ao Nordeste brasileiro. Dória (1981) também investiga como as origens desse fenômeno se desenvolveram em regiões que, embora geograficamente diferentes, compartilharam semelhanças econômicas e sociais, pois é um dos fenômenos mais universais da História e vem servindo de inspiração para a Arte – na Literatura, no teatro, no cinema, nas histórias em quadrinhos, nas artes plásticas e na música – assim como para o cançãoeiro e adagiário universais:

Existiu na China, no Peru, na Sicília, no Nordeste brasileiro, na Ucrânia, na Espanha, na Indonésia, etc. Do ponto de vista organizacional, as sociedades onde ele surge possuem alguns traços comuns: são sociedades rurais que vivem a transição entre a organização tribal ou de clã (onde o principal laço de solidariedade social é a família extensa) e a moderna sociedade capitalista em fase de industrialização, quando o avanço do capitalismo no campo destrói a predominância dos laços de família (*ibidem*, p. 12).

O cangaço, assim como outras expressões de banditismo social, emerge em uma sociedade que está passando por uma transformação do arcaico para o moderno. O período em que os cangaceiros começam a se multiplicar no Sertão nordestino, entre o final do século XIX e o início do século XX, é caracterizado por essa particularidade.

Como a Literatura é a arte de cristalizar a experiência humana em palavras, a transição entre o arcaico e o moderno é um tema recorrente em diversos contextos literários, não se limitando apenas ao cangaço. Por exemplo, Carlos Drummond de Andrade aborda esse momento de passagem em obras como *Boitempo* e *Menino antigo (Boitempo II)*. Por meio da análise dos poemas dele, Rita Felix Fortes revela o período de transição atravessado pela sociedade brasileira, propício ao surgimento do cangaço, destacando que

Carlos Drummond de Andrade, em *Boitempo* (1968) e *Menino antigo (Boitempo II)* (1973), não apenas contrapõe o Brasil arcaico, herança do século XIX, ao Brasil tecnológico do século XX, mas também resgata a estrutura semi-patriarcal que ainda prevalece nos primeiros decênios desse século (Fortes, 1994, p. 61-62).

Durante a passagem dos séculos XIX para XX, especialmente no Sertão nordestino, observa-se um elemento adicional que, de acordo com Dória (1981), está associado ao surgimento do banditismo social: o declínio da influência predominante dos laços familiares na sociedade. Naquele período, o sistema patriarcal, caracterizado por concentrar o poder dentro da esfera familiar, entrava em um declínio perceptível. Como ressalta Rita Fortes (1994), nas primeiras décadas do século XX, a organização social da época, fundamentalmente patriarcal, começava a não ser mais tão sustentável.

Ao examinar *Memorial de Maria Moura*, percebe-se inequivocamente que a protagonista, ao quebrar os laços de submissão feminina característicos da estrutura patriarcal, efetua a transição de sinhazinha para jagunça, impelida pela perda de sua família, sua honra e suas terras. Para Maria Moura, o envolvimento com o cangaço representava uma tentativa de regresso ao mundo estruturado do qual ela fora excluída mau grado seu, sugerindo, conforme indicado pelo epílogo do romance, que não se reintegrará mais a esse ambiente.

### **3.3 Chegando a denominadores comuns entre duas obras simbólicas e protagonistas *idem***

Ao realizar uma análise comparativa entre as obras *Dôra*, *Doralina* e *Memorial de Maria Moura*, é possível notar nos enredos de ambos os romances elementos relacionados ao cangaço. Na primeira, os indícios do cangaço são perceptíveis, sobretudo por meio da personagem Belmiro, ex-jagunço que, ao aparecer ferido na fazenda Soledade, passa a contar com a proteção de Maria das Dores, a protagonista da trama e sua coiteira. Já na segunda, a protagonista abraça o cangaço como meio de sobrevivência em um ambiente patriarcal e conservador, onde foi vítima das injustiças sociais associadas ao gênero feminino. Vive o que Belmiro viveu não em terceira, mas em primeira pessoa – e sendo mulher no Nordeste profundo.

As duas protagonistas, Maria das Dores e Maria Moura, refletem a mulher nordestina e as asperezas que a vida neste vasto rincão em outros tempos lhes impunha. De coiteira a cangaceira. De passiva a ativa. De sujeito paciente a sujeito agente. Entre uma Maria e outra, passaram-se os anos, mudou-se o contexto no qual Rachel de Queiroz vivia e sobre o qual escrevia, mas as dores das nordestinas seguiram sob outras configurações. Mas seguiram.



Essa transição de papéis sociais reflete muito do quanto a escritora amadureceu em termos de olhar para um fenômeno social especialmente sertanejo, cujas bases estão solidamente fincadas na infância de nossa História, e colher dele novos olhares, novas concepções que escapam do que é considerado uma “verdade pétrea” por pesquisas e opiniões maculadas e que apenas apresentam um lado dos fatos, “esquecendo-se” dos outros lados desses mesmos fatos.

Se formos comparar a escritora de 19 anos, quando publicou *O Quinze* (1930), debutando literariamente, e sua escrita aos 82, idade na qual publicou *Memorial de Maria Moura* – tendo tido contato, nesse longo hiato, com outros idiomas, com o Partido Comunista Brasileiro, com outros povos e costumes por meio de viagens e com um maior exercício da leitura, desmistificando antigas crenças e vendo o Sertão sob outros primas –, constataremos que o cangaço, antes considerado por ela sob o prisma distante de uma coiteira, passa a ter uma representação mais visceral, espelhando a mudança de concepções da própria escritora.

De uma forma ou de outra, perguntamos: outras heroínas, de outros romances igualmente regionalistas e escritos nos mesmos contextos de *Dôra*, *Doralina* e *Memorial de Maria Moura* teriam tido a mesma recepção se retratassem outras figuras sociais que não fossem a coiteira e a cangaceira, que não fosse a mulher nordestina ou sertaneja? Fica a reflexão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo, ratificamos que o cangaço foi fundamental nestas duas obras de Rachel de Queiroz aqui analisadas. Foi, mais do que eixos narrativos, inspiração e *turning point* para ambas as protagonistas.

Enquanto para Maria das Dores a vida no cangaço significava proteção em forma de coiteira, como benfeitora, para Maria Moura ele foi o norte, o caminho a seguir depois de todas as perdas sofridas por ela, tornando-se sua razão de viver.

Retratando os acontecimentos do Nordeste de seu tempo e de tempos pretéritos, trazidos para o presente pela autora e a partir da oralidade que retrata as tradições de uma região maltratada pelo Poder Público, comprova-se que os resquícios de uma obra se refletem na outra; o que uma iniciou, a seguinte deu continuidade, 17 anos depois, com os papéis sociais das mulheres sendo ressignificados. De beneficiadora de cabras a cangaceira e chefe de bando que se juntou à bandidagem por desilusão. As duas obras conversam. As duas protagonistas também.

Assim como as cangaceiras edulcoraram o cangaço com a sua entrada naquele ambiente hermeticamente fechado para elas antes, Maria das Dores suaviza a imagem da mulher neste movimento. Rachel vai de um polo ao outro ao conceber Maria Moura como uma heroína cangaceira a fim de que entendamos, por este exemplo extremo, muitos dos porquês da bandidagem no Nordeste de outrora e para que saibamos que existiram mulheres como essa sua protagonista, que tal como sua autora, se rebelaram contra o Sistema e passaram a guerrear por justiça social.

Como a mulher politizada que foi, Rachel de Queiroz se insurgiu contra os desmandos dos homens de seu entorno, fez-se conhecida já em sua primeira obra publicada e foi uma militante de esquerda atuante no partido de oposição a Vargas. Ela, que se negava a ser rotulada – mesmo que minimamente – de feminista, deu lugar de fala a essas duas personagens emblemáticas suas, que emprestaram seus nomes aos romances que lhes deram vida e protagonizaram os papéis reservados para a mulher no cangaço: coiteira ou cangaceira. É a arte, a Literatura em consórcio com a vida – uma refletindo a outra, uma ecoando a outra, uma seguindo os traços que a outra deixou.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. de. *Menino Antigo*: Boitempo II. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

ANDRADE, C. D. de. *Boitempo I*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

ARENDT, H. *Imperialismo*: expansão do poder. São Paulo: Documentário, 1976.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3 ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, M. de L. D. L. *Protagonistas de Rachel de Queiroz*: caminhos e descaminhos. Campinas: Pontes, 1999.

BARROS, L. O. C. *A derradeira gesta*: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

CÂMARA, Y. R.; CÂMARA, Y. M. R. Maria Bonita e Dadá: uma breve releitura do cangaço por meio da presença determinante do elemento feminino. In: *Entrelaces*, vol. 4, n. 5, maio, 2015, p. 57-74. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23384>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CÂMARA, Y. R.; CÂMARA, Y. M. R.; SOUTULLO, M. R. Maria Bonita e Dadá revisitadas: a análise de sua importância para o cangaço e seu registro na literatura brasileira

como um testemunho de sua prática cultural. In: *Raído* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD, vol. 9, n. 20, 2015a, p. 203-218. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/4167>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CÂMARA, Y. R.; CÂMARA, Y. M. R.; SOUTULLO, M. R. O Quinze: Revisitando a Importância de Rachel de Queiroz para a Cultura Cearense, a Literatura Brasileira e o Feminismo no Brasil do Século XX. In: *Revista Entrelaces*, vol. 6, n. 6, jul.-dez., 2015b, p. 116-130. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23399>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CHIAPPINI, L. Rachel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais. In: CHIAPPINI, L.; BRESCIANI, Maria Stella. (Orgs.). *Linguagem e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 67-68.

CLEMENTE, M. E. de A. Cangaço e cangaceiros: histórias e imagens fotográficas do tempo de Lampião. In: *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais, vol. 4, n. 4, 2007, p. 1-18. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/654/624>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DÓRIA, C. A. *O cangaço*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DRUMMOND, J. A. *A coluna Prestes: rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FORTES, R. F. *O texto poético: crítica e devaneio: análise de poemas*. Cascavel: Assoeste, 1994.

FREITAS, A. P. S. de. *A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)*. 2005, 242 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2005.

GRUNSPAN-JASMIN, É. *Lampião, senhor do sertão*. São Paulo: Edusp, 2001.

MACHADO, M. C. M. *As táticas de guerra dos cangaceiros*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

OLIVIERA, A. C. *O cangaço. Guerras e revoluções brasileiras*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.

PALMÉRIO, M. *Chapadão do Bugre*. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

QUEIROZ, R. de. *Dôra, Doralina*. 19 ed. São Paulo: Siciliano, 2001a.

QUEIROZ, R. de. *Memorial de Maria Moura*. 13 ed. São Paulo: Siciliano, 2001b.

RAMOS, G. *Angústia*. 38 ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

REGO, J. L. do. *Fogo Morto*. 59 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.